

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.677.917 - SP (2014/0304686-2)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
RECORRENTE : **ESPACO NEGOCIOS IMOBILIARIOS LTDA**
ADVOGADOS : **ADALBERTO CALIL E OUTRO(S) - SP036250**
: **FERNANDO CALIL COSTA - SP163721**
RECORRIDO : **FINSEC S/A - MASSA FALIDA**
ADVOGADO : **JOÃO CARLOS SILVEIRA - ADMINISTRADOR JUDICIAL - SP052052**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por ESPAÇO NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA. com fundamento no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

*"Ação revocatória de ato ineficaz - Cabimento - Inicial sem inépcia - Procedência em primeiro grau - Manutenção.
Não é inepta a inicial se a causa de pedir evidencia o fato de ter sido constatada pelo administrador judicial, à vista dos registros contábeis da falida, transferências feitas à ré pela falida - Apesar de a hipótese do art. 129 ser diferente da hipótese do art. 130, ambos da LFR, e de haver quem julgue que a declaração de ineficácia do ato praticado com ofensa ao primeiro dos dispositivos citados possa ser feita nos autos do processo falimentar ou incidentalmente em qualquer outro processo, e de ofício, é recomendável que se postule, configurando-se caso enquadrável na sanção da ineficácia, a revogação do ato em relação à massa falida - O prazo de decadência há de ser contado da data em que decretada a falência da autora e não do Banco Santos S.A. - Cabia à ré a prova da origem do dinheiro que lhe foi transferido, ônus do qual não se desincumbiu - Verba honorária fixada com observância do art. 20, § 3º, do CPC.
Apelação desprovida" (fl. 254 e-STJ).*

Os embargos declaratórios opostos foram rejeitados (fls. 270/247 e-STJ).

Nas razões recursais (fls. 278/297 e-STJ), a recorrente alega violação dos arts. 20, § 3º, 267, I, 295, 333, I, e 535, II, do Código de Processo Civil de 1973 e 129, IV, da Lei nº 11.101/2005.

Sustenta tese de negativa de prestação jurisdicional ao argumento de que o Tribunal de origem não se manifestou acerca das seguintes teses: a) houve alteração da causa de pedir e ofensa ao princípio da congruência; b) não é possível transformar a ação de cobrança em revocatória; e c) o julgado está baseado premissa falsa, pois, ao contrário do que consta no acórdão, a recorrida não juntou nenhum registro contábil.

No mérito, defende a inépcia da petição inicial, por ausência de causa de pedir, tendo em vista que não há prova material dos registros contábeis.

Superior Tribunal de Justiça

Afirma que o ônus de provar a origem das transferências de dinheiro é da recorrida.

Por fim, argumenta que os honorários advocatícios, arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, devem ser reduzidos e fixados por apreciação equitativa do juiz, tendo em vista que a ação revocatória não possui natureza condenatória.

Contrarrazões apresentadas às fls. 309/318 e-STJ.

O Tribunal de origem não admitiu o apelo especial (fls. 324/326 e-STJ), ascendendo os autos a esta Corte com o agravo em recurso especial (fls. 329/335 e-STJ).

Diante das peculiaridades da causa, esta relatoria deu provimento ao agravo (AREsp 631.205/SP) para determinar a conversão em recurso especial com vistas ao melhor exame da controvérsia (fls. 353/354 e-STJ).

É o relatório.

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

O inconformismo não merece prosperar.

No tocante à alegada violação dos 535 do CPC/1973, agiu corretamente o Tribunal de origem ao rejeitar os embargos declaratórios diante da inexistência de omissão, obscuridade ou contradição no acórdão recorrido, ficando patente, em verdade, o intuito infringente da irresignação, que objetivava a reforma do julgado por via inadequada. Ademais, não significa omissão o fato de o aresto impugnado adotar fundamento diverso daquele suscitado pelas partes.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. PRECATÓRIO. ACORDO HOMOLOGADO PELO JUIZ DA CENTRAL DE CONCILIAÇÃO (CEPREC). INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. NÃO OCORRÊNCIA. REVISÃO DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE.

I - Não havendo, no acórdão recorrido, omissão, obscuridade ou contradição, não fica caracterizada ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil de 1973. (...)

III - Agravo interno improvido."

(AgInt no REsp 1.659.253/MG, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/11/2017, DJe 27/11/2017 - grifou-se)

No caso, o acórdão recorrido enfrentou de forma clara os argumentos da

Superior Tribunal de Justiça

recorrente e fundamentou os motivos pelos quais afastou a alegação de inépcia da petição inicial por ausência de causa de pedir e assentou as premissas do caso concreto, conforme o seguinte excerto:

"A inicial não é inepta. A causa de pedir evidencia o fato de ter sido constatada pelo administrador judicial, à vista dos registros contábeis da falida, transferências no total de R\$3.250.000,00 por ela feitas nos dias 3 e 5 de agosto de 2004 a favor da ré (ver documentos que acompanham a inicial), sem nenhuma justificativa para que não fosse devolvida à transferente, inexistente obrigação de pagamento, bem como certo não pode ter sido doação. Postula condenação da ré à restituição do valor com acréscimo de juros e correção monetária. Tal como narrados os fatos está caracterizada a hipótese prevista no art. 129, caput, IV, da LFR, segundo a qual 'são ineficazes em relação à massa falida, tenha ou não o contratante conhecimento do estado de crise econômico-financeira do devedor, seja ou não intenção deste fraudar credores'... 'a prática de atos a título gratuito, desde 2 (dois) anos antes da decretação da falência'. No caso sob exame, a falência da Finsec foi decretada em 4 de julho de 2007 (fl. 8); logo, o dinheiro foi transferido antes de decorrido o prazo de dois anos em relação à data da falência. Ter sido intitulada 'ação ordinária de cobrança de dívida', em nada prejudica a pretensão de revogação dos atos narrados na inicial, à qual equivale o pleito de restituição, com seus acréscimos legais, da quantia transferida" (fl. 256 e-STJ - grifou-se).

Ao analisar os embargos de declaração opostos, a Corte local asseverou que *"qualquer documento que possa dar ensejo a um registro contábil é 'documento contábil', ainda que não tenha sido utilizado para essa finalidade"* (fl. 273 e-STJ).

Dessa forma, não há falar em negativa de prestação jurisdicional.

Verifica-se que a Corte de origem decidiu a questão atinente à inépcia da petição inicial em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, firme no sentido de que a exordial não pode ser considerada inepta se for possível aferir com clareza a causa de pedir e o pedido.

No mesmo sentido:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DO DEMANDADO.

- 1. Inviável a alegação de inépcia da petição inicial se fornecidos satisfatoriamente os elementos necessários para a formação da lide, com a narração devida dos fatos, possibilitando-se o adequado exercício do contraditório. Súmula 83/STJ.**
- 2. O condomínio possui legitimidade para promover defesa de interesse comum dos condôminos. Precedentes.**
- 3. O Tribunal de origem, à luz dos princípios da livre apreciação da prova e do livre convencimento motivado, afastou o alegado cerceamento de defesa, sob o fundamento de que a perícia juntada aos autos era suficiente para a**

Superior Tribunal de Justiça

solução da lide. Incidência da Súmula 7/STJ, no ponto.

4. Agravo interno desprovido" (AgInt no AREsp 1.297.430/DF, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 23/9/2019, DJe 26/9/2019 - grifou-se).

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO REVOCATÓRIA - INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL - PRAZO DECADENCIAL - DECISÃO MONOCRÁTICA NEGANDO SEGUIMENTO AO APELO NOBRE. INSURGÊNCIA DA RÉ.

1. Não há como acolher a tese de inépcia da exordial, pois 'a petição inicial não deve ser considerada inepta quando, com a narração dos fatos contidos na exordial, seja possível a razoável compreensão, por parte do magistrado, da causa de pedir e do pedido.' (AgRg no AREsp 207.365/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/03/2013, DJe 02/04/2013) 1.1. A indicação dos fundamentos jurídicos do pedido não se confunde com a obrigatoriedade de particularização, de modo absoluto, de artigos de lei em que amparada a pretensão do autor. 'Isso porque a exigência legal deve conviver com o princípio identificado pelos brocardos *iura novit curia* e da *mihi factum dabo tibi jus*.' (REsp 818.738/PB, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/08/2010, DJe 16/11/2010).

2. A Corte originária assinalou inexistir desídia do síndico em providenciar a publicação do edital, bem como asseverou o ajuizamento da ação revocatória em data anterior a da publicação daquele. A par desta circunstância, importa considerar que as razões do apelo nobre sustentam-se em premissa conflitante com o quadro fático delineado pela Corte originária. Sendo assim, para alteração do julgado, seria imprescindível derruir as afirmações contidas no decisum atacado, o que, forçosamente, ensejaria em rediscussão de matéria fática, incidindo, na espécie, o óbice da Súmula n. 7 deste Superior Tribunal de Justiça, motivo pelo qual é manifesto o descabimento do recurso especial.

3. Agravo regimental desprovido" (AgRg no REsp 1.075.225/MG, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 17/12/2013, DJe 4/2/2014 - grifou-se).

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL. NÃO CARACTERIZADAS. RECONHECIDA LEGITIMIDADE ATIVA DO SÓCIO PARA EXIGIR AS CONTAS DE QUEM ADMINISTRA A SOCIEDADE. ALEGAÇÃO DE IMPRECISÃO DOS ATOS SOBRE OS QUAIS REPOUSA O DEVER DE PRESTAR CONTAS. REEXAME DE FATOS. SÚMULA 07/STJ. ALEGAÇÃO DE OFENSA A DISPOSITIVO LEGAL QUE NÃO É DEMONSTRADA DE FORMA ANALÍTICA. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA DA SÚMULA 284/STF.

1 - A jurisprudência desta Casa é pacífica ao proclamar que, se os fundamentos adotados bastam para justificar o concluído na decisão, o julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos utilizados pela parte.

2 - O sócio tem legitimidade ativa para requerer em nome próprio para exigir daquele que administra a sociedade a prestação das contas correspondentes. Precedentes.

3 - D e acordo com a Jurisprudência desta Corte a inépcia da petição inicial pela imprecisão dos seus termos apenas deve ser declarada quando importar em prejuízo para a ampla defesa, o que não ocorreu no caso dos autos.

4 - Se a petição inicial já indicou de modo suficientemente preciso quais são

Superior Tribunal de Justiça

os atos supostamente irregulares, não há espaço para se cogitar de imprecisão na delimitação desses mesmos atos, nem em relação ao seu conteúdo nem em relação à sua autoria. Partindo-se desse ponto, arguido na petição inicial, o resto é matéria a ser enfrentada ao longo do processo, mais especificamente na segunda fase da ação de prestação de contas, com base em percuente análise de provas.

5 - Não se conhece o recurso especial na parte em que apresenta alegação genérica de ofensa a dispositivo legal, sendo exigível a demonstração analítica da suposta violação. Incidência, por analogia, da Súmula 284/STF.

6 - Agravo Regimental a que se nega provimento" (AgRg no REsp 1.223.010/MG, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/6/2013, DJe 1/8/2013 - grifou-se).

Ademais, alterar as conclusões do Tribunal *a quo*, tal como pretende a recorrente, demandaria, necessariamente, o reexame do acerto fático probatório, procedimento inviável em sede de recurso especial em virtude do óbice da Súmula nº 7/STJ.

De outro lado, com relação ao ônus da prova, a Corte de origem asseverou que:

"Cabia, pois, à ré provar a origem do dinheiro que lhe foi transferido pela Finsec. Limitou-se, porém, a negar que lhe coubesse tal ônus e, mais do que isso, escudou-se atrás da afirmativa de que prestar tais esclarecimentos implicaria revelar negócios cobertos pelo sigilo ao qual têm direito os empresários no desenvolvimento de sua atividade empresarial" (fl. 257 e-STJ).

Como se observa, não houve ofensa ao art. 333, I, do CPC/1973, haja vista que a distribuição do ônus da prova foi realizada de forma adequada e em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior:

"CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. VIOLAÇÃO DO DISPOSTO NO ART. 535 DO CPC/73. INOCORRÊNCIA. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. ÔNUS DA PROVA. AUTOR QUE DEVE PROVAR OS FATOS CONSTITUTIVOS DE SEU DIREITO. AO RÉU COMPETE A PROVA DOS FATOS IMPEDITIVOS, MODIFICATIVOS OU EXTINTIVOS DO DIREITO DO AUTOR, MINIMAMENTE PROVADO. PRECEDENTES. AUTOR QUE PRODUZIU PROVA CONTRÁRIA AO SEU INTERESSE. VIOLAÇÃO DO DISPOSTO NO ART. 333 DO CPC/73. NÃO OCORRÊNCIA. DECISÃO MANTIDA. MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO NCPC.

AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO, COM IMPOSIÇÃO DE MULTA.

1. Aplica-se o NCPC a este recurso ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. Inexistem os vícios elencados no art. 1.022 do NCPC (art. 535 do CPC/73) quando há manifestação expressa sobre o tema impugnado. Inviável a pretensão recursal que ostenta caráter nitidamente infringente, visando rediscutir matéria que já foi analisada pela Corte local.

3. Adequada a distribuição do ônus probatório na hipótese em que se atribui ao autor o ônus de provar os fatos constitutivos de seu direito e ao réu, os fatos extintivos, modificativos ou impeditivos do direito do autor. Aplicação do art. 333 do CPC/73 (reeditado pelo art. 373 do NCPC).

4. Não sendo a linha argumentativa apresentada capaz de evidenciar a inadequação dos fundamentos invocados pela decisão agravada, o presente agravo não se revela apto a alterar o conteúdo do julgado impugnado, devendo ele ser integralmente mantido em seus próprios termos.

5. Em virtude do não provimento do presente recurso, e da anterior advertência em relação a aplicabilidade do NCPC, incide ao caso a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do NCPC, no percentual de 3% sobre o valor atualizado da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito da respectiva quantia, nos termos do § 5º daquele artigo de lei.

6. Agravo interno não provido, com imposição de multa" (AgInt no REsp 1.398.346/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/8/2019, DJe 21/8/2019 - grifou-se).

CIVIL E PROCESSO CIVIL. PEDIDO. INTERPRETAÇÃO. CRITÉRIOS. PROVA. ÔNUS. DISTRIBUIÇÃO. LITIGÂNCIA DE MÁ FÉ. COBRANÇA DE DÍVIDA JÁ PAGA. LIMITES DE INCIDÊNCIA. DISPOSITIVOS LEGAIS ANALISADOS: ARTS. 17, 18, 125, I, 282, 286, 333, I E II, 339, 355, 358, 359, 460 E 512 DO CPC;

E 1.531 DO CC/16 (940 DO CC/02).

(...)

6. Nos termos do art. 333, II, do CPC, recai sobre o réu o ônus da prova da existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

7. Embora não tenha sido expressamente contemplada no CPC, uma interpretação sistemática da nossa legislação processual, inclusive em bases constitucionais, confere ampla legitimidade à aplicação da teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova, segundo a qual esse ônus recai sobre quem tiver melhores condições de produzir a prova, conforme as circunstâncias fáticas de cada caso.

8. A litigância de má-fé deve ser distinguida da estratégia processual adotada pela parte que, não estando obrigada a produzir prova contra si, opta, conforme o caso, por não apresentar em juízo determinados documentos, contrários à suas teses, assumindo, em contrapartida, os riscos dessa postura. O dever das partes de colaborar com a Justiça, previsto no art. 339 do CPC, deve ser confrontado com o direito do réu à ampla defesa, o qual inclui, também, a escolha da melhor tática de resistência à pretensão veiculada na inicial. Por isso, o comportamento da parte deve sempre ser analisado à luz das peculiaridades de cada caso.

9. O art. 1.531 do CC/16, mantido pelo CC/02 em seu art. 940, institui uma autêntica pena privada, aplicável independentemente da existência de prova do dano, sanção essa cuja aplicação fica sujeita, pois, a uma exegese restritiva.

10. A aplicação da sanção prevista no artigo 1.531 do CC/16 - cobrança de dívida já paga - depende da demonstração de má-fé, dolo ou malícia, por parte do credor. Precedentes.

11. Recurso especial da autora a que se nega provimento. Recursos especiais das rés parcialmente providos" (REsp 1.286.704/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/10/2013, DJe 28/10/2013 - grifou-se).

Superior Tribunal de Justiça

Por fim, quanto aos honorários advocatícios, é firme a jurisprudência desta Corte no sentido de não ser possível, por meio de recurso especial, rever os critérios de justiça e de razoabilidade utilizados pelas instâncias ordinárias para fixação da verba advocatícia, haja vista tal providência depender da reapreciação dos elementos fático-probatórios do caso concreto.

Excetuadas as hipóteses em que o valor afigura-se manifestamente ínfimo ou exorbitante, o que não se verifica na espécie, a majoração ou redução dos honorários advocatícios, igualmente, atrai a incidência da Súmula nº 7/STJ.

Em igual sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. AÇÃO REVOCATÓRIA. GRATUIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO. PROVA. REVISÃO. SÚMULA N. 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NÃO CARACTERIZAÇÃO.

1. Não viola o art. 535 do CPC o acórdão que, integrado pelo julgado proferido nos embargos de declaração, dirime, de forma expressa, congruente e motivada, as questões suscitadas nas razões recursais.

2. O recurso especial não é via própria para rever questão referente à fixação de honorários periciais na hipótese em que seja necessário reexaminar elementos fáticos-probatórios. Aplicação da Súmula n. 7/STJ.

3. Adotando o acórdão recorrido o mesmo entendimento contido no aresto paradigma acerca da necessidade de prova da má-fé para a caracterização da fraude na ação revocatória (art. 52 do Decreto-Lei n. 7.661/45), não há configuração de dissídio jurisprudencial.

4. Agravo regimental desprovido" (AgRg no AREsp 217.341/RS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/11/2015, DJe 30/11/2015).

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 20, § 4º, DO CPC/1973. APRECIÇÃO EQUITATIVA.

VALOR FIXO. ALTERAÇÃO. REVISÃO DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Na verba de patrocínio arbitrada com base na equidade (art. 20, § 4º, do CPC/1973), o magistrado não está adstrito aos limites de 10 (dez) a 20% (vinte por cento) inscritos no parágrafo 3º do art. 20 do CPC/1973, podendo, inclusive, utilizar como base de cálculo o valor da causa ou até mesmo estabelecer valor fixo, o que foi feito na hipótese.

2. É certo que a jurisprudência desta Corte é assente no sentido de ser possível a revisão do valor estabelecido para os honorários advocatícios somente quando este se mostrar irrisório ou exorbitante, circunstância não observada no caso em tela.

3. O reexame do conjunto fático-probatório da causa obsta a admissão do recurso especial tanto pela alínea "a" quanto pela "c" do permissivo constitucional.

4. Agravo interno não provido" (AgInt no AREsp 937.111/MT, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/10/2016, DJe 28/10/2016).

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, conheço parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, nego-lhe provimento.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator

